



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE CONTRATO

ANEXO II - Contrato de prestação de serviços de serviço de transporte de bens, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral e a empresa xxxxxxxx.

*Pelo presente instrumento a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS, doravante denominado Contratante, e a empresa XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob n. XXXXXXXX, estabelecida na rua XXXXX, Nº xx, na cidade de xxxxxxx-XX, representada neste ato por xxxxxxxx, xxxx, xxxxxx, portador da Carteira de Identidade n. xxxx e do CPF n. xxxxxxxx doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao **Edital de Pregão n. XX/2020**- Processo Administrativo SEI 0001167-71.2020.6.12.8000 e proposta do contratado, regendo-se pela legislação vigente, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e, principalmente, pelas disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei n.º 10.520/2012 e Decreto n.º 10.024/2019, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:*

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de materiais, incluindo carga e descarga, dos bens (equipamentos, materiais etc) armazenados nos imóveis que abrigam atualmente as unidades Almoxarifado, Depósito de Urnas e Arquivo Central para o novo prédio localizado na Rua Del. José Alfredo Hardman, 184, Jardim Veraneio, nesta Capital, conforme as condições estipuladas neste Contrato e no Termo de Referência.

1.2. A discriminação detalhada dos serviços está disposta no Termo de Referência, que segue anexo a este termo contratual.

1.3. Fazem parte integrante do presente Contrato, independente de transcrição, não podendo a contratada alegar desconhecimento, os seguintes documentos:

1.3.1. Edital do Pregão n. xx/2020;

1.3.2. Termo de Referência (Anexo – I, I-A, I-B, I-C e I-D);

1.3.3. Todos os elementos que formam a Proposta da Contratada, desde que não conflitem com nenhum dos documentos anteriores, nem com este instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. Os serviços de transporte compreendem:

- a) movimentação dos materiais nos imóveis de origem;
- b) carga dos materiais em veículos apropriados;
- c) transporte dos materiais ao local de destino;
- d) descarga dos materiais no local de destino;
- e) movimentação dos materiais no local de destino;
- f) fornecimento de 1.500 caixas de papelão para acondicionamento de materiais para transporte;
- g) seguro de proteção dos materiais transportados, na forma prevista neste Termo de Referência; e,
- h) outras atividades inerentes e necessárias à perfeita consecução dos serviços;

2.2. Para a execução dos serviços a empresa deverá dispor de:

- a) profissionais qualificados (motoristas, movimentadores de carga, operadores de equipamentos de movimentação de carga, supervisores, etc.), em número suficiente para garantir o adequado andamento da execução;
- b) veículos apropriados, com carroçaria fechada (tipo furgão ou baú), em número suficiente para garantir o adequado andamento da execução;
- c) equipamentos de movimentação de carga adequados aos materiais que serão transportados, quando necessários;
- d) materiais de proteção de carga (lona, espuma, papelão, cantoneiras, etc.), quando necessários;
- e) caixas de papelão para acondicionamento de materiais.

2.3. Os locais de origem dos materiais a serem transportados estão indicados no quadro abaixo:

Unidade	Local / Endereço
Almoxarifado	Av. Júlio de Castilhos, 331, Vila Alba - com acesso pela Rua Vespasiano Martins
Arquivo Central	Rua Arthur Jorge, 2755, Bairro Monte Castelo
Depósito de Urnas	Av. Júlio de Castilhos, 331, Vila Alba - com acesso pela Rua Vespasiano Martins

2.4. O local de destino dos materiais transportados é o imóvel localizado na Rua Delegado José Alfredo Hardman, 184, Jardim Veraneio, nesta Capital, com pontos distintos para serem

descarregados, conforme quadro abaixo:

Unidade	Local / Endereço
Almoxarifado	Doca do Almoxarifado, com acesso pelo portão 1 (à direita da guarita do imóvel)
Arquivo Central	Ambiente do acervo, com acesso pelo portão 2 (à esquerda da guarita do imóvel)
Depósito de Urnas	Doca do Depósito de Urnas Eletrônicas, com acesso pelo portão 2 (à esquerda da guarita do imóvel)

2.5. O detalhamento dos materiais e condições da prestação dos serviços estão dispostos nos Capítulos IV, V, VI e VII do Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A execução do contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

3.2. Todas as condições que disciplinaram o desenvolvimento da contratação e execução dos serviços, estão dispostas no Termo de Referência (Anexo I), devendo ser seguido em todas as suas disposições que não conflitem com este termo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS

4.1. O prazo máximo para início da prestação dos serviços é de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da Ordem de Serviço do Tribunal entregue à contratada.

4.2. O prazo máximo para conclusão dos serviços de transporte objeto desta contratação é de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de início da execução, observado o cronograma estimado elaborado pelo TRE/MS.

4.2.1. Serão excluídos da contagem do prazo de execução os dias em que houver interrupção por motivo atribuível ao TRE/MS, devendo ser feito o devido registro pela Fiscalização do contrato.

4.3. O período de **vigência** deste contrato é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura deste Termo, podendo ser encerrado por resolução, caso o objeto seja totalmente concluído antes do prazo previsto ou estendido até a data de conclusão dos serviços.

4.4. As prorrogações de prazos, de início e término do serviço, poderão ser deferidas por autoridade competente do Tribunal Regional Eleitoral, desde que ocorra algum dos motivos arrolados no § 1º do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

5.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas com recursos a serem aprovados na Lei Orçamentária da União, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro 2020 (LOA), Unidade 14112 – TRE-MS, Ação: 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0054, Elemento de Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de 3º - PJ.

5.2. O crédito e/ou respectivo empenho para atender à parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, serão indicados oportunamente, com devido registro nos autos.

CLÁUSULA SEXTA - DO SEGURO

6.1. A empresa Contratada deverá comprovar, até o início da execução dos serviços, a existência de SEGURO para os materiais a serem transportados, com vistas à indenização ao contratante por eventuais danos que venham a ocorrer durante a execução dos serviços.

6.2. Para fins desta contratação, o valor declarado dos materiais a serem transportados é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

6.3. A cobertura do seguro deverá garantir indenização ao contratante até o montante indicado no Item 6.2.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO

7.1. O valor total do contrato é de R\$ xxx (xxxxxxxxxx).

7.2. Deverão estar inclusos todos os custos necessários e previsíveis para a perfeita execução do objeto contratado (técnicos, impostos, taxas, emolumentos, fretes, deslocamentos, mão-de-obra, caixas, diárias e outros que compõem sua tabela de custos), especialmente os custos relativos à cobertura de seguro para os materiais a serem transportados, com vistas à indenização ao Contratante por eventuais danos que venham a ocorrer durante a execução dos serviços, não sendo aceito, posteriormente, qualquer pedido de acréscimo, cuja previsibilidade fosse possível.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.1. O pagamento da prestação dos serviços ocorrerá em 2 (duas) parcelas:

- a) 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, após a conclusão dos serviços relacionados ao Arquivo Central e ao Depósito de Urnas; e,
- b) 70% (setenta por cento) restantes, após a conclusão dos serviços relacionados ao Almoxarifado.

8.2. O pagamento será feito mediante depósito efetuado em Conta Corrente informada na proposta, em nome da contratada, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, após o atesto pela fiscalização, desde que atendidas todas as condições de serviço previstos neste contrato, e que a documentação fiscal esteja válida e com prazo de vigência suficiente para prazo de pagamento:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

d) DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES, caso a empresa seja optante.

8.3. Para fins de atendimento da IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES.

7.2.1. Caso a empresa seja OPTANTE PELO SIMPLES e não apresente a DECLARAÇÃO DE OPÇÃO, será RETIDA NA FONTE a alíquota dos impostos definidos pela Lei 9.430/96, não se responsabilizando o Tribunal por impostos retidos em função da omissão ou falta de comprovação da empresa.

8.4. O prazo de pagamento interrompe-se sempre que uma documentação estiver irregular, vencida ou ausente, devendo o fiscal de contrato responsável pelas obrigações e encargos sociais, fiscais e trabalhistas ser comunicado pela Unidade Responsável pelo pagamento, para imediatamente oficiar à contratada, por meio escrito, formal e com atesto de recebimento, juntado aos autos para comprovar a interrupção do pagamento.

8.5. A retenção ou glosa no pagamento à contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a contratada:

- a) deixar de cumprir com as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário; e
- b) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

8.6. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.

8.7. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: i = taxa percentual anual do valor de 6%,

$$I = i / 365 \text{ " } I = (6/100) / 365.$$

8.8. De acordo com o §1º, do art. 2º, da Lei 10.192/01, é nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

8.9. No caso de necessidade de prorrogação contratual, a contratada deverá requerer expressamente o reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venho substituí-lo, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

8.10. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

8.11. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

8.12. Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

8.13. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de

disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, que consistirá na verificação da conformidade da prestação dos serviços, será de responsabilidade de servidores especialmente designados qual deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta execução dos serviços para fins de pagamento.

9.2. A fiscalização tem autoridade para exercer toda e qualquer orientação geral durante a execução contratual.

9.3. As relações entre o Contratante e a Contratada, serão mantidas, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

9.4. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Contratante, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços, tendo plenos poderes para decidir sobre questões relacionadas à parte operacional dos serviços, em função das disposições do Termo de Referência, deste Contrato e demais anexos, consultando a Administração nos casos de dúvida e sobre matérias que extrapolem as previsões do Contrato, do Termo de Referência e os anexos que fazem parte integrante deste Termo.

9.5. Ao identificar algum descumprimento ou cumprimento em desacordo com as obrigações assumidas, a Fiscalização deverá emitir comunicado escrito, via e-mail, desde que comprovado o efetivo recebimento por meio de atesto da contratada, registrando as suas orientações e solicitações, e estabelecendo, sempre que pertinente, prazo para correção de qualquer inconformidade.

8.5.1. Depois de transcorrido o prazo dado para solução dos problemas, o comunicado de que trata este item deverá ser repassado à Administração, com a indicação de correção, ou não, por parte da contratada, a fim de se apurar a penalidade cabível.

9.6 Qualquer alteração necessária ao contrato deverá ser previamente autorizada pela Administração, respeitadas as formalidades da Lei 8.666/93, devendo a Fiscalização comunicar a Administração quando se tratar de mudança substancial, que enseje alteração por meio de termo específico.

9.7. A fiscalização deverá informar à Administração toda necessidade de alteração contratual, com um prazo mínimo de 30 dias de antecedência da ocorrência de fato, quando previsível.

8.7.1 A alteração contratual far-se-á necessária quando se tratar de necessidades para as quais não houver previsão no Termo de Referência ou neste Contrato, e que fujam das possibilidades de ajustes previstas nos referidos instrumentos.

9.8. A fiscalização é responsável pela requisição formal de documentos necessários ao pagamento da Contratada, sempre que a Contratada não encaminhá-los juntamente com a nota fiscal, ou ainda, caso estejam vencidos ou venham a vencer antes do pagamento.

9.9. A fiscalização deverá atestar a nota fiscal dos serviços, verificando a apresentação de toda a documentação necessária ao pagamento, bem como a sua validade e correção, encaminhando tudo aos setores competentes do Contratante, procedendo à prévia solicitação de correção, por meio escrito, com recibo da empresa, caso seja necessária.

9.10. A fiscalização deverá manter em arquivo o controle de prazos, saldos contratuais e saldo de empenho, por ventura existente, bem como todos os controles relacionados a obrigações geradas nessa contratação.

9.11. A fiscalização deverá obedecer a todas as orientações do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir da contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.

10.2. Promover, por intermédio da Fiscalização, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

10.3. Fiscalizar a manutenção das condições habilitatórias por parte da contratada.

10.4. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Termo de Referência e neste Contrato.

10.5. Aplicar penalidades descritas neste Contrato em caso de inexecução das obrigações expostas no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.

10.6. Prestar as informações necessárias solicitadas pela contratada para a perfeita execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

11.1. Executar os serviços na forma e prazos determinados neste Contrato e no Termo de Referência.

- 11.2.** Coordenar os serviços de sua equipe de técnicos, dando conhecimento e fazendo cumprir o estabelecido neste Contrato.
- 11.3.** Prestar todas as informações solicitadas pela fiscalização, atendendo prontamente a qualquer dúvida ou necessidade de serviços.
- 11.4.** Atender as solicitações e determinações da Fiscalização do TRE, feitas por Ordens de Serviços, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços.
- 11.5.** Compor sua equipe de técnicos altamente especializados para a execução dos serviços, de forma a garantir o seu desenvolvimento na mais perfeita técnica.
- 11.6.** Providenciar a correção das deficiências apontadas por este TRE/MS quanto à execução contratual, especificamente quanto aos serviços sobre a responsabilidade da contratada, no prazo de 1 (um) dia útil.
- 11.7.** Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, como por exemplo: equipamentos e pessoal técnico necessário para a realização dos serviços, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vale transporte e quaisquer outras sejam as despesas diretas ou indiretas.
- 11.8.** Manter-se, durante todo o prazo de execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.9.** Responsabilizar-se pela contratação de funcionários necessários à perfeita execução do objeto, cabendo-lhe efetuar o pagamento de salários e arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em decorrência de sua condição de empregadora.
- 11.10.** Não subcontratar no todo, o objeto do presente contrato, respondendo a contratada perante a contratante pela execução total do objeto e não haverá qualquer relação entre a contratante e a subcontratada, de modo que, também, pelos atos ou omissões desta, ela é plenamente responsável. A responsabilidade da contratante é plena, legal e contratual.
- 11.11.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o §1º, do art. 65, da Lei de Licitações.
- 11.12** Comprovar a contratação de Seguro em favor do Tribunal Regional Eleitoral/MS, conforme disposto na Cláusula Sexta deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. Configurado o descumprimento de cláusulas deste Contrato e do Termo de Referência (Anexo I), a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena da aplicação das sanções estabelecidas abaixo, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

12.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

12.2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções das obrigações;
- b) falhas durante a execução do fornecimento/prestação dos serviços, não corrigidas até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- c) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual.

12.3. Será aplicada **MULTA**, da seguinte forma:

- a) **de 0,5%** (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso, pelo **atraso injustificado do início dos serviços**, até o limite máximo de 15 dias consecutivos. Após o décimo quinto dia, a multa diária passará a 1% (um por cento) e, ultrapassado 30 (trinta) dias de atraso, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- b) **de 0,1%** (zero virgula um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de **paralisação injustificada e não autorizada pela fiscalização dos serviços**, até o limite máximo de 15 dias consecutivos. Após o décimo quinto dia, a multa diária passará a 0,2% e a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão.
- c) **de 0,5%** (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, sobre o valor total do contrato, pelo **atraso injustificado no término dos serviços de transporte**, até o limite de 30 dias corridos. Após o trigésimo dia a Administração motivadamente poderá, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- d) **de 0,5%** (zero virgula cinco por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, no caso de **atraso na entrega do Seguro** que dispõe a Cláusula Sexta, até o máximo de 5%, que representa 10 dias.
- e) **de 5%** (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, caso **não** queira **receber a Nota de Empenho**, ou **assinar o contrato**; ou ainda, assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;
- f) **de 3%** (três por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **não encaminhamento de documento imprescindível** ao pagamento;
- g) **de 5%** (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **desatendimento de demais cláusulas contratuais**, - **que não estejam especificada nas**

outras alíneas deste item -, no Termo de Referência ou de ordens da fiscalização.

h) de **20%** (vinte por cento) do valor total do contrato, caso a contratada, por sucessivas falhas, leve o TRE/MS à **rescisão do contrato**, ou por **deixar de cumprir definitivamente com obrigação constante neste contrato**, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

12.4. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

12.4.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

12.4.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 12.5 e 12.6 abaixo;

12.5. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

12.6. Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

12.7. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

12.8. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO LICITAR E DE CONTRATAR COM A UNIÃO e descredenciamento do Sicaf**, por prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e neste contrato:

- a) não assinar o contrato, após convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal;

12.9. Será aplicada a penalidade de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar e contratar com a União, expedida na forma da lei, para os casos de inexecução total ou parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o TRE/MS, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevindo.

12.9.1. A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a Contratada venha a ressarcir o TRE-MS pelos prejuízos eventualmente causados.

12.10. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

12.10.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

12.10.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

12.11. Da aplicação das sanções de multa e suspensão caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

12.12. No caso de Declaração de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da intimação do ato.

12.13. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 12.10.1.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1. A rescisão do presente *Contrato* ocorrerá nos casos previstos nesta avença e no Termo de Referência, bem como nos casos previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80, da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

13.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

a) Determinada por **ato unilateral** e escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;

b) Determinada por **ato unilateral** e escrito da Administração deste Tribunal, **mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias**, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93;

c) Amigável, por interesse comum das partes, desde que haja conveniência para a

Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação vigente.

13.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.5. A inexecução total ou parcial do presente Contrato acarretará à Contratada, sem prejuízo das penalidades legais e as previstas neste contrato, a rescisão contratual.

12.6. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS FUNDAMENTOS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Este Contrato rege-se pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 8.666/93, pelo Termo de Referência e demais anexos a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

13.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e a legislação vigente própria e/ou específica ao objeto deste Contrato, no que não conflitar com a supremacia do interesse público, que é característica de todo contrato pactuado pela Administração Pública.

13.3. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.

13.4. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida.

13.4.1. Caso não haja recebimento expresse, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

13.5. A substituição do endereço eletrônico utilizado pela contratada deverá ser previamente comunicado à fiscalização do contrato.

CLAUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO

14.1. O foro da Justiça Federal, em Campo Grande/MS, na forma da lei, é o competente para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, excluindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente Termo, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande/MS, xx de xxxxx de 2020

Hardy Waldschmidt

Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante legal da empresa

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO, Técnico Judiciário**, em 17/03/2020, às 18:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0807618** e o código CRC **D4B4293C**.

0001167-71.2020.6.12.8000

0807618v57